



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

COMO LICENCIANDOS DE UM CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS PERCEBEM A FORMAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Maria Santa Borges do Nascimento¹; Ana Carolina Sabino de Oliveira¹; Cícera Karla de Oliveira¹; Viviane Felix Garcia¹; Alana Cecília de Menezes Sobreira²

1-Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI/UECE; E-mail: maria.borges@aluno.uece.br

1-Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI/UECE; E-mail: carolina.sabino@aluno.uece.br

1-Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI/UECE; E-mail: viviana.garcia@aluno.uece.br

1-Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI/UECE; E-mail: ckarla.oliveira@gmail.com

2- Professora do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI/UECE e Coordenadora de Área do PIBID/CAPES; E-mail: alana.cecilia@uece.br

Resumo

A educação inclusiva é baseada em propostas de política pública, que prevê e favorece que os estudantes frequentem a escola de ensino regular. No entanto, as escolas precisam se adequar tanto estruturalmente quanto nos seus recursos humanos. Um dos maiores desafios é a formação de professores capacitados para atuar com esses alunos, havendo a necessidade de refletir se esta lhe deu as habilidades e os conhecimentos adequados para que possam atuar de forma segura. Essa reflexão não está voltada apenas para os profissionais já atuantes em sala de aula, mas também e, principalmente, aos estudantes de licenciaturas. Desta forma, o presente estudo tem por objetivo analisar as percepções dos licenciandos em Ciências Biológicas, no que diz respeito à sua formação como futuros docentes para atuarem com alunos da educação especial, verificar a existência de disciplinas ofertadas em seus cursos que visem esta modalidade de ensino, bem como permitir aos licenciandos liberdade para sugerir melhorias para a sua formação. O trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório, de abordagem qualitativa e utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Os sujeitos foram 5 alunos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas do VI semestre. Os resultados apontam que os cursos de formação de professores precisam passar por mudanças no que se refere ao seu currículo, e este, por sua vez, precisa potencializar aquisição de saberes e práticas necessários às demandas que exigem a mediação do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem no âmbito da Educação Inclusiva.

Palavras-chaves: Formação de professores; Inclusão; Licenciatura

INTRODUÇÃO

O movimento inclusivo no contexto atual busca defender os direitos de grupos de pessoas, crianças, jovens e adultos que, historicamente, são excluídos, não somente da sociedade, mas do sistema educacional, permitindo que estes consigam ter acesso a espaços de lazer, de trabalho e ambiente escolar comum, independentemente das dificuldades que a deficiência traz, para que tenham seu desenvolvimento social e aprendizagem potencializados.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

As políticas e práticas de inclusão escolar objetivam promover a “educação para todos”, contudo, para que haja uma efetivação da legislação vigente, se fazem necessárias algumas mudanças por parte das escolas e, principalmente, de seu corpo docente, uma vez que estará mais próximo e lidará diretamente com alunos. A educação inclusiva é baseada em propostas de política pública que prevê e favorece que os estudantes frequentem a escola de ensino regular. Assim, a inclusão pode ser entendida como um direito constituído num movimento social, dinâmico que tem como pressuposto a igualdade na participação e na construção do espaço social.

O processo de “inclusão escolar”, “inclusão social” está presente em várias discussões relacionadas à educação e à sociedade. Veríssimo (2007, p.05) afirma que a inclusão “trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

Mudanças na legislação garantiram a ampliação do atendimento educacional e a inclusão desses alunos com necessidades educativas especiais na rede pública de ensino regular. A Declaração de Salamanca (1994, p. 17-18) define que “a Educação, nos seus mais diferentes níveis, deve acolher todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”.

A Declaração de Salamanca define ainda que:

As crianças e os jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a eles se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (SALAMANCA, 1994, p. 1).

Desta forma, a Educação Inclusiva considera a diversidade, se preocupando em atender às necessidades educativas de todos os alunos, no ensino regular, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, independentemente de os indivíduos apresentarem ou não alguma deficiência. Como aponta Gil (2005, p.18):

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais é a educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam as necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Assim, a inclusão destes alunos deve promover serviços educativos, um currículo diversificado, estrutura física da escola adequada às características e necessidades dos estudantes. É importante, ainda, que o ensino esteja orientado não apenas para o acadêmico,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

mas para áreas sociais, emocionais, interações pessoais, de direito e defesa da igualdade e das oportunidades.

Nesse sentido:

As escolas regulares com uma orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combate às atitudes discriminatórias, criando comunidades de acolhimento, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação eficaz para a maioria das crianças e melhoram a eficácia e, por último, a relação custo-eficácia de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994, IX).

A inserção social e educacional possui várias facetas caracterizadas pelas bases excludentes, fazendo-se necessário que em primeiro lugar a família aceite e compreenda as limitações da criança, por seguinte a escola, que por meio da educação, permite que consigam e alcancem seu pleno desenvolvimento.

(...) se o critério para afirmar a singularidade educativa desses sujeitos é o de uma caracterização excludente a partir da deficiência que possuem, então não se está falando de educação, mas de intervenção terapêutica (...) (SKLIAR, 2005, p.6).

Os alunos atendidos pela educação inclusiva sofrem, em virtude de sua imagem em relação aos outros entes familiares. Essa visão conturbada de si mesmo causa problemas emocionais e afetivos, dentro de sua família, na sociedade e na escola, o que afeta seu desenvolvimento e desempenho educacional, pois causa desmotivação e desinteresse. Diante disso, a prática educativa deve se adaptar às necessidades dos alunos ao invés de buscar a adaptação do aluno à paradigmas preconcebidos a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem (BRASIL, 1994, p. 4).

A aprendizagem envolve confiança do aluno no trabalho que seus professores desenvolvem, pois como afirmam Abreu & Masetto (1990, p.115), “é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos”. Neste processo, o professor tem um papel fundamental, face à esta questão: o de mostrar à criança suas habilidades e capacidades, ao invés de chamar atenção apenas aos erros. Arnaiz (1996, p. 27-28) afirmam que a educação inclusiva:

É uma atitude, um sistema de valores, de crenças, não uma ação nem um conjunto de ações. Centra-se, pois, em como apoiar as qualidades, e, as necessidades de cada aluno e de todos os alunos na comunidade escolar, para que se sintam bem-vindos e seguros e alcancem êxitos.

Dessa forma, o professor precisa refletir sobre sua formação, se esta lhe proporcionou desenvolver as habilidades necessárias e o conhecimento para atuar de forma segura. Essa reflexão não está voltada apenas para os



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

profissionais já atuantes em sala de aula, mas também e, principalmente, aos estudantes de licenciaturas, futuros professores, que ainda estão em formação inicial. Figueiredo (2002) aponta que o trabalho com crianças "especiais" (grifo nosso) requer preparação do professor, capacitando-o a identificar as singularidades do sujeito, permitindo que se eliminem barreiras ao processo de aprendizagem dos sujeitos. Nesse sentido, a formação de professores é fundamental para a renovação do sistema educativo, assim afirma Sacristán (1999). Desta forma, os cursos de licenciatura devem, efetivamente, solucionar problemas, possibilitando que os licenciandos estejam aptos a atuar com alunos da educação inclusiva.

Segundo Oliveira et al (2011, p.101):

[...] os acadêmicos necessitam de ensinamentos que vão além do conhecimento científico, além de conceitos e organização do trabalho pedagógico. São necessárias novas propostas como, por exemplo, a inserção de disciplinas que possam habilitar os educadores a realizar a transposição didática a todo o alunado, seja esse constituído de estudantes com NEE's ou não.

Destarte, qualificar o professor na sua formação docente inicial é fundamental, pois ao longo de seu percurso encontrará com alunos que apresente alguma necessidade educacional, que exigirá dele muito mais que conhecimentos científicos, que é indispensável, mas também com valores sociais e emocionais de cada indivíduo. Admitir a necessidade de qualificar o docente, é conceber que haverá um fortalecimento da qualidade no atendimento do seu alunado, possibilitando aos professores a construção de novas alternativas e o desenvolvimento novas competências (NÓVOA, 1997).

Assim, é preciso que se reflita o papel da universidade, dos cursos de licenciatura, logo que ao refletir sobre a universidade numa visão de formação e de democratização, estamos nos posicionando contra a exclusão e tornando a inclusão um direito do cidadão (CHAUI, 2004). Diante deste pressuposto, compreende-se que o estudo do processo de inclusão social e escolar nas suas várias facetas deve ser abordado nos cursos de formação de professores.

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivos: analisar as percepções de licenciandos em Ciências Biológicas, no que diz respeito à sua formação para atuarem com alunos da educação especial.

METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como um estudo exploratório de natureza qualitativa. A pesquisa exploratória constitui-se como um meio de buscar conhecer determinado assunto com maior profundidade, tornando-



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

o mais claro e proporcionando uma visão geral e mais ampla (ANDRADE, 2002; GIL, 2010).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a entrevista semi-estruturada, seguida da análise documental. De acordo com Minayo (2011, p. 64), esse tipo de entrevista: “[...] tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.

Para a realização desta, utilizou-se um roteiro de perguntas, as respostas obtidas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Foi garantido aos entrevistados sigilo sobre as informações concedidas e sobre a identidade dos mesmos.

Já a análise documental “consiste em identificar”, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica [...] utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos” (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2012, p. 1).

Os sujeitos dessa pesquisa foram 5 alunos do VI semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma Universidade pública do Ceará. Todos os pesquisados foram informados quanto à realização e ao objetivo da pesquisa e permitiram que os dados obtidos nesse estudo fossem divulgados.

Para atingir os objetivos dessa pesquisa, os sujeitos foram indagados sobre: O que entendem por educação inclusiva; se já tiveram oportunidade de discutir educação inclusiva em seu curso de graduação; se identificam lacunas no curso, que poderiam tornar a prática docente difícil em sua atuação futura com alunos da educação inclusiva. Por fim, indagamos aos sujeitos sobre o que poderiam sugerir para melhorar a formação no âmbito da educação inclusiva.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Sabe-se que as transformações são necessárias quando se fala em educação inclusiva, mudanças de atitude, de práticas, mudanças na formação de professores. Apesar de se reconhecer a necessidade urgente de preparar os professores em formação, ainda pouco se é feito para que eles sejam capacitados enquanto graduandos. A evidência disso é a ausência de disciplinas voltadas para o ensino de alunos público-alvo da educação inclusiva, principalmente nos cursos de licenciatura em ciências da natureza.

De acordo com a análise documental da grade curricular, o curso exige 196 créditos para a sua conclusão, formado por disciplinas específicas da área da Biologia e disciplinas pedagógicas. A única disciplina que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

abordada, obrigatoriamente, a temática da educação inclusiva é a de Língua Brasileira dos Sinais (LIBRAS), observando-se que não há outras de disciplinas específicas. Porém, é possível que as disciplinas pedagógicas façam alguma inserção nesse campo. Freitas (2006, p. 176) concebe que:

[...] hoje, um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver nos acadêmicos competências, habilidades e conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independente das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Assim, é indispensável para efetivação da educação inclusiva a formação adequada e contínua do professor (SANT'ANA, 2005; GLAT & FERNANDES, 2005). Então, os professores estão realmente capacitados para garantir uma escola inclusiva? Para Lima (2002, p.40), a fala dos professores é que "Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência". Mas é preciso que se entenda o que é educação inclusiva e a quem ela se dirige. Por esse motivo foi solicitado aos licenciados que definissem o que entendia por educação inclusiva:

Uma excelente oportunidade que vem implementando a inserção dos alunos com deficiência no ambiente escolar. (L1)

Uma educação acessível a todos abrangendo todos os grupos de pessoas, ou seja, incluindo. (L2)

A Educação Inclusiva assegura as pessoas com deficiência o direito de estar em uma escola regular, tendo as condições necessárias para permanecer e desenvolver seu potencial junto com os demais alunos ditos normais. As instituições escolares que se dizem praticantes da inclusão precisam ir além, desenvolvendo uma pedagogia que contemple a diversidade de alunado, respeitando as peculiaridades de cada um. (L3)

Ela integra os alunos na escola regular (L4)

É o processo que busca incluir todos os alunos, respeitando as suas diferenças. E Possibilitando a integração de alunos com alguma deficiência ao meio. (L5)

As respostas dos entrevistados demonstram que, ainda existem confusões sobre o que é a educação especial numa perspectiva inclusiva e de integração escolar, quando a definem. Para Costa (2010, p. 109):

Os conceitos de integração e inclusão ainda geram muitas polêmicas no meio acadêmico, principalmente pelo fato de alguns autores os contraporem e outros acreditarem que se complementam. A confusão entre os conceitos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

se faz quando atribuem à educação inclusiva o processo de inserir o aluno com necessidade educacional especial no espaço de aula regular, tendo que para isso adaptar-se. Basta inseri-lo. Isso cria a ilusão que estão em correspondência com preceitos inclusivos.

Nesse sentido, conhecer a objetiva ação da educação inclusiva e buscar a aquisição de conhecimentos é crucial para a futura prática como docente. Bernardes (2010) afirma que numa época onde muito se fala sobre educação para todos, compreender os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva é de fundamental importância para o entendimento dos problemas existentes no ensino em nosso país (particularmente do ensino de Ciências) e com isso uma maior compreensão do que seja uma escola inclusiva. Assim, os cursos formadores de professores tem uma participação relevante na instrumentalização, a fim de atender as peculiaridades dos alunos (NASCIMENTO, 2009). Rodrigues (2003) diz que uma formação escassa traz sérias consequências ao processo inclusivo.

Diante disso, os entrevistados foram indagados se já tiveram oportunidade de discutir Educação Inclusiva em seu curso de graduação, os mesmos afirmam que:

Sim, durante seminários na Universidade. (L1)

Sim, nas aulas das disciplinas pedagógicas. (L2)

Poucas vezes. Houve algumas discussões nas disciplinas do núcleo pedagógico. Já nas disciplinas do núcleo básico (biológico), lembro-me que em Genética tivemos uma aula sobre alterações cromossômicas, onde o professor relatou sobre a inclusão de pessoas com Síndrome de Down. (L3)

Sim, porém poucas vezes, não temos disciplinas específicas que abordem o assunto. (L4)

Sim, em uma disciplina pedagógica. Durante toda a disciplina foi abordada a educação inclusiva em seu contexto e principalmente as dificuldades encontradas no âmbito escolar, possibilitando aos discentes uma grande reflexão para sua prática docente. (L5)

É possível perceber que existem muitas discussões a respeito das instituições formadoras, se realmente estão preparando os discentes para lidar com as diversidades do alunado nas escolas e, principalmente, com os alunos da Educação Inclusiva. Como aponta Moreira (2007, p.268):

As Universidades ainda carecem de uma formação que viva a inclusão e ultrapasse a linearidade e a simplificação curricular de que basta uma disciplina sobre a área da NEE (Necessidades Educacionais Especiais), para formar professores capacitados a atuarem com o alunado que apresenta dificuldades mais específicas.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Neste sentido, foi questionado aos entrevistados se os mesmos identificam lacunas no curso, que poderiam deixar a prática docente dificultosa em sua atuação futura com alunos da Educação Inclusiva.

Sim, a Universidade não disponibiliza disciplina curricular voltada exclusivamente para o tema. (L1)

Falta de convivência direta com esse tipo de realidade. (L2)

Em minha percepção, todo curso de licenciatura deveria ofertar uma disciplina sobre Educação Inclusiva para preparar o futuro docente frente a essa nova realidade. Tenho medo de quando me deparar com essa realidade não conseguir desenvolver uma metodologia que estimule e desenvolva as potencialidades dos alunos com deficiência. (L3)

Existem muitas lacunas, o curso deveria ter disciplinas específicas, porém não existem, as vezes quando os professores têm algum interesse no assunto ele abordam nas disciplinas pedagógicas (L4)

A principal lacuna que dificulta os discentes atuar em sala de aula é a falta de experiência e o conhecimento para lidar com esse público de alunos, que requer uma atenção maior e muitas vezes uma metodologia de ensino diferenciado (L5)

Nota-se que as lacunas citadas pelos entrevistados são ausência de um currículo que oferte ao futuro docente uma prática pedagogicamente orientada na atuação com aqueles que precisam de uma maior atenção no processo inclusivo.

O Ministério da Educação, na Portaria de n. 1793/94, recomenda disciplinas e conteúdos sobre a temática Educação Especial nos cursos de Educação Superior (MEC/SESU, 1994). As Diretrizes Políticas de Formação do Magistério da Educação Básica evidenciam, ainda, a necessidade de transformações nos currículos dos cursos de formação de educadores, como encadear formação inicial e a formação continuada; a criação de programas envolvendo as universidades no processo de formação, a capacitação de professores polivalentes e produção do conhecimento na área de Educação Especial. Portanto, é necessário que os cursos de graduação ampliem suas disciplinas, de forma a atender, satisfatoriamente, as demandas atuais no âmbito da educação inclusiva.

Porém, a preparação para atuação na educação inclusiva não pode estar restrita à formação inicial, é preciso atentar-se também à formação continuada, pois a maioria dos profissionais que atuam em escolas, hoje, não compreendem como acontece o processo de inclusão. Esse é um dos motivos que justifica a busca por parte dos professores de um aperfeiçoamento da sua prática pedagógica para acompanhar o movimento evolutivo dentro da escola. Visto que muitas vezes a formação docente



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

não chega a ser suficiente para os docentes estarem preparados para lidar com a diversidade do alunado e enfrentar as diferenças de uma sala inclusiva. Ramalho e Beltrán Núñez (2011, p. 73) dizem que este tipo de formação:

[...] é mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores. [...] é o tipo de atividade que o professor se apropria da cultura profissional e modifica [...] elementos-chaves do seu agir profissional, de forma a influenciar no desenvolvimento profissional.

Por fim, os entrevistados sugeriram sobre o que poderia fortalecer a formação no âmbito da Educação Inclusiva:

Para melhorar a formação no âmbito da educação Inclusiva, uma formação contínua desde o curso, na Universidade, seguindo contextos curriculares que incentivem o futuro docente a incrementar o desenvolvimento das crianças com deficiência. (L1)

Intensificar o aprendizado sobre a educação inclusiva na formação inicial de professores. (L2)

A formação dos futuros docentes é peça fundamental para o sucesso nesse processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Dessa maneira, é preciso que os licenciandos sejam capacitados durante a formação inicial. A disciplina de Libras não é o suficiente para formar professores conscientes e praticantes deste processo inclusivo, seria fundamental que os cursos de licenciaturas ofertassem uma disciplina dentro desta modalidade. (L3)

Novas práticas dos docentes do ensino superior na abordagem da temática em suas aulas. (L4)

As formações e capacitações, pois a maior dificuldade vem da falta do despreparo dos profissionais, amenizando a falta de preparação dos professores a inclusão pode se torna mais efetiva, visto que os mesmos logo vão possuir um maior conhecimento que facilitará o processo de aprendizagem dos alunos. (L5)

Diante disso, uma formação na perspectiva inclusiva desde a universidade é de fundamental importância, seguindo de um contexto curricular que incentive o futuro docente a incrementar o desenvolvimento dos sujeitos atendidos pela educação inclusiva. Assim, as universidades precisam possibilitar condições necessárias para que os licenciandos possam refletir sobre sua formação no que se refere a Educação Inclusiva, de forma a melhor atuar com as diferenças e individualidades que se farão presentes nos seus alunados, entre as quais estão aqueles que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



Consideramos que a inclusão dos alunos com necessidades especiais é dever social e essencial no âmbito da educação. Para tanto, é preciso que os educadores estejam preparados, e nesse contexto os cursos de licenciaturas são agentes determinantes de transformações. Focar nos cursos de licenciaturas e nas necessidades específicas que a formação docente requer são imprescindíveis. Também é importante ressaltar que um currículo que dialogue com a Educação Especial não tem sido considerado uma exigência no Ensino Superior, sendo necessário uma reforma nos cursos que priorizem a produção de conhecimentos sobre as demandas sociais de inclusão, bem como sobre as individualidades dos sujeitos.

Diante disso, é notória a necessidade de mudanças em meio ao processo formativo de professores, tanto na formação inicial quanto continuada, estas alterações precisam estar atreladas a um currículo renovado, que inclua disciplinas voltadas para a educação inclusiva como forma de instruir os licenciandos a respeito do que vem a ser uma efetiva inclusão no seguimento educacional, como forma de prepará-los para uma atuação efetiva em meio ao processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, é possível concluir que muito já se avançou no quesito educação especial, quando se observa a fala dos alunos da graduação, percebendo a forma como os mesmos enxergam essa realidade, mas em termos de atuação no ensino, ainda existe um longo caminho a se percorrer para atender aos alunos de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C & MASETTO, M.T. **O professor universitário em aula**. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.

ANDRADE, M. M. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções praticas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARNAIZ, S. P. (1996). Las escuelas son para todos. **Siglo Cero**, v. 27, n. 2, p. 25-34.

BRASIL. Portaria. n. 1793, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda aspectos ético-políticoeducacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BERNADES, A. O. **Discutindo a questão da educação inclusiva**. 2010. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0249.html> acesso em 08 de agosto de 2016

COSTA, A. L. O. **Educação Inclusiva: elucidando representações sociais**. Polêmica, v. 9, n. 4, p. 105 - 116, outubro/dezembro 2010

CHAUÍ, M. A **universidade pública sob nova perspectiva**. Rio de Janeiro : Vozes, 1993. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em 05 ago. 2016

FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 161-181.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (orgs). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GLAT R, FERNANDES E. F. Da educação segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista Inclusão: MEC/SEESP**. 2005; 1(1).

GIL, M. **Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?** Marta Gil (coord), São Paulo, 2005. Realização USP. 167p. Disponível em: http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html. Acesso em: 15 de ago. 2016.

RAMALHO, B. L.; BELTRÁN N. I. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 40 , n. 26, p. 69 -96, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias, In: David Rodrigues (Org.) **“Perspectivas sobre a Inclusão: da Educação à Sociedade**. Porto Editora Porto: Porto, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011

NÓVOA, A., Formação de professores e profissão docente. Em: NÓVOA, A. (org) Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

MOREIRA, L.C. Cursos de licenciatura com bases inclusivas: impressões de alunos com necessidades educacionais especiais e de seus professores. IN: JESUS et al (Orgs.) **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação-Prefeitura Municipal de VitóriaCDV-FACITEC,2007.

NASCIMENTO, R. P. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina, 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf> Acesso em 05 ago. 2016



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

OLIVEIRA, M. L. ANTUNES, A. M. ROCHA, T. L. TEIXEIRA, S. M. Educação inclusiva e a formação de professores de ciências: o papel das universidades federais na capacitação dos futuros educadores. **Rev. Ensaio**. Belo Horizonte, v.13 , n.03, p.99-117, set-dez, 2011.

SACRISTÁN, J. G. *Poderes Instáveis em Educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

SANT'ANA IM. Educação inclusiva: concepção de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**. 2005 ; 10(2): 227-234

SOUZA, J; KANTORSKI, L. P; LUIZ, M. A. V. **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

VERÍSSIMO, H. (2005) “**Inclusão: a educação da pessoa com necessidades educativas especiais** – velhos e novos paradigmas”. Disponível em: <[http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos Meios RBC RevAbr2001_Artigo%202.rtf](http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2001_Artigo%202.rtf)> Acesso em 05 ago. 2016.

UNESCO, **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Espanha,1994.